



RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL
OE 2016 – POLÍTICAS COM SENSIBILIDADE SOCIAL

A UGT sempre afirmou como essencial para Portugal a implementação de um processo de consolidação orçamental, tendo no entanto manifestado uma profunda discordância em relação à forma como ele foi conduzido nos últimos anos, pelo facto de essa pretendida consolidação ter sido imposta a um ritmo incompatível com uma verdadeira política de crescimento e de criação de emprego, e aplicada por via de uma austeridade que atingiu, sempre e em primeira linha, os rendimentos dos trabalhadores, dos reformados e dos pensionistas e pôs em causa o próprio Estado Social.

A proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2016, entregue pelo Governo na Assembleia da República (já aprovado na generalidade), reflecte uma opção política que, mantendo o combate ao défice como elemento central, pretende introduzir uma componente social na estratégia governativa, facto que a UGT não pode deixar de sublinhar como positivo.

Temos presente que o OE/2016 em discussão se afasta da primeira opção do Governo em implementar políticas e algumas linhas estratégicas que estiveram na base do primeiro esboço enviado à Comissão Europeia - um orçamento mais orientado para o crescimento económico e o emprego, para a melhoria dos rendimentos das famílias e com uma correcção mais célere de situações de manifesta injustiça - o qual nos parecia responder de forma mais efectiva às necessidades do País e às expectativas das pessoas.

É um Orçamento que, no nosso entender, comporta uma margem de risco agravada, que não resulta somente das opções do próprio Governo, ou da intervenção europeia, mas igualmente de uma conjuntura internacional marcada pela incerteza (instabilidade do contexto económico e político internacional, actuação irresponsável das agências de *rating*).

Ainda assim, a UGT deve assinalar como positiva a atitude do Governo português perante as instituições europeias, num claro esforço de atingir um orçamento que, sem pôr em causa os nossos compromissos internacionais, não deixou contudo de reflectir os compromissos assumidos pelo actual Governo e os seus parceiros no Parlamento perante os portugueses. Salienta ainda a necessidade de iniciar um caminho de alívio da austeridade e de retoma de uma governação com

preocupações sociais e de combate às desigualdades, correctora de muitas injustiças sociais vivenciadas nos últimos anos.

Este é um Orçamento cujas linhas orientadoras não abandonam, de todo, as políticas de austeridade que a UGT combateu nos últimos anos, mas reconhecemos a vontade política do Governo em iniciar uma reversão, designadamente quanto à reposição de rendimentos dos trabalhadores e dos pensionistas, mesmo que de forma ténue neste último caso.

No entanto, este é também um orçamento que se aproxima da visão que a UGT defendeu durante todo o período da crise, na medida em que, mesmo que os efeitos em 2016 sejam ainda pouco significativos, expressa uma opção pela via da melhoria gradual dos rendimentos dos cidadãos e das suas famílias e de algum alívio dos sacrifícios impostos, e assume que tal opção é essencial para lograr uma melhoria da procura interna, um maior crescimento económico e, conseqüentemente, a criação de emprego.

Medidas assumidas na proposta de lei de OE, ou estreitamente associadas ao quadro orçamental, como a reposição integral dos salários na Administração Pública e no Sector Público Empresarial ainda em 2016, a redução da sobretaxa de IRS, a reposição da regra de actualização das pensões, a valorização de mínimos sociais (rendimento social de inserção, complemento solidário para idosos, prestações familiares), a redução da contribuição extraordinária de solidariedade, a reposição dos complementos de pensões, a redução das taxas moderadoras do SNS, a reposição do IVA da restauração e, naturalmente, o aumento do salário mínimo nacional (com forte impulso da UGT) são um claro exemplo da componente social deste Orçamento.

Estas são medidas que, constituindo-se como um primeiro e importante passo, não correspondem contudo às expectativas criadas aos portugueses e às reivindicações que a UGT apresentou como mais urgentes e prioritárias na sua política reivindicativa para 2016 e no seu Guião para a Legislatura, face às quais todos esperaríamos uma mais rápida concretização.

O caso mais notório será o da reposição das 35 horas de trabalho na Administração Pública, em que é necessário maior celeridade para pôr termo à situação de incerteza que se gerou entre os trabalhadores, mas a situação geral deste sector é aliás um dos pontos em que se esperaria uma posição diferente, mais assertiva, já neste OE.

A manutenção de um conjunto de medidas (proibição de valorizações remuneratórias, redução do pagamento do trabalho suplementar...) é uma opção deste OE que importa reverter, na óptica de

uma política em que a tónica deve ser colocada na valorização dos recursos humanos, na melhoria do serviço público e no reforço do próprio Estado Social.

Estas são matérias relativamente às quais o Governo terá de ter as necessárias abertura e capacidade de diálogo com os sindicatos. Neste sentido, registamos e saudamos o Compromisso para a Negociação Colectiva 2016 assinado ontem mesmo pelos nossos Sindicatos e o Governo.

Este OE contém ainda algumas opções que não subscrevemos e que, inclusivamente, não são totalmente coerentes com os objectivos assumidos pelo Governo. Tal é o caso da não revisão do IRS (escalões e nível de impostos), perpetuando desequilíbrios do sistema fiscal, ou da manutenção do congelamento do Indexante de Apoios Sociais, cuja última actualização teve lugar em 2009, dando continuidade a uma situação de manifesta injustiça que importaria rever, numa lógica de reforço da protecção social e dos rendimentos dos cidadãos em situação de maior vulnerabilidade (que o próprio Governo assume como determinante para a assunção de outras medidas).

Uma opção mais estruturante que gostaríamos de ver assumida neste Orçamento seria a de um verdadeiro reforço do investimento, público e privado, elemento que consideramos nuclear para potenciar o crescimento do PIB e a criação de postos de trabalho, sobretudo tendo em conta a forte quebra ocorrida nos anos de crise. A esse título, não podemos deixar de expressar a nossa preocupação pela quebra estimada para o investimento público, não só pelo menor efeito de alavancagem sobre o investimento privado, mas também pela importância que o mesmo teria num momento em que a execução dos fundos estruturais europeus necessita de um forte impulso.

A UGT espera que os diálogos social e político viabilizem ainda a correcção e a atenuação de medidas que nos merecem reservas ou preocupações e o reforço da componente social que este OE já encerra. Tudo faremos para, junto do Governo e da Assembleia da República, permitir alcançar um orçamento mais equilibrado e amigo do crescimento, do emprego e da coesão social, indo ao encontro das expectativas de concretização de uma mais efectiva e rápida melhoria das condições de vida dos portugueses. Aqui, não podemos deixar de reivindicar medidas e políticas ao Governo para um forte combate pela diminuição da taxa de desemprego que se mantém ainda elevada e representa uma chaga social a erradicar.

Mais, tendo presentes os constrangimentos que presidiram à elaboração do Orçamento - e sobretudo num quadro em que novas medidas de austeridade pairam, precoce e insistentemente, no discurso europeu -, esperamos que os mesmos não se assumam como determinantes nos Orçamentos dos próximos anos. Para tal, o Governo português deverá continuar a bater-se por uma nova governação económica e social na União Europeia, que permita uma maior flexibilidade

das regras comunitárias e o respeito pelas opções e realidades diversas dos diferentes Estados-membros.

Por fim, devemos salientar que a política económica e social não se esgota na aprovação do OE.

A concretização dos objectivos que todos partilhamos continuarão a exigir uma discussão profunda e continuada do Governo com os sindicatos, quer na Concertação Social, quer nas negociações sectoriais, e uma clara valorização da negociação colectiva a todos os níveis, enquanto via essencial para a construção de soluções de futuro para o País.

Aprovado por Unanimidade

Lisboa, 25 de Fevereiro 2016